
Relações Públicas Críticas: perspectivas, diretrizes e desafios de uma agenda internacional de pesquisas¹

Daniel Reis SILVA²

Universidade Federal de Santa Maria/Campus Frederico Westphalen, Frederico Westphalen, RS

RESUMO

O artigo reflete sobre a formação recente da corrente internacional de estudos nomeada Relações Públicas Críticas, uma perspectiva que parte da problematização das lacunas e incongruências do modelo paradigmático da Excelência para propor que o cerne das preocupações da área seja deslocado para a investigação dos impactos de suas práticas nas dinâmicas socioculturais e nas disputas de sentido e poder. Tendo como objetivo apresentar e sistematizar elementos dessa corrente, o presente ensaio é estruturado em dois movimentos, ambos ancorados por uma ampla revisão de literatura. No primeiro, explora-se as origens e diretrizes gerais da perspectiva crítica. No segundo, apresenta-se a proposta de dois pilares ao redor dos quais os esforços críticos orbitam, e que possibilitam entender tanto os movimentos atuais quanto os desafios futuros da corrente.

PALAVRAS-CHAVE: relações públicas; relações públicas críticas; Excelência; poder.

INTRODUÇÃO

A alcunha “Relações Públicas Críticas” descreve uma perspectiva de estudos que ganhou força nas últimas décadas ao propor uma abordagem calcada em caminhos alternativos aos propostos pelo funcionalismo paradigmático que domina a literatura da área, representado especialmente pela Teoria da Excelência (GRUNIG, 1992). Trata-se, em termos gerais, de uma corrente científica em formação, desprovida de um marco teórico inicial monolítico, e desenvolvida de maneira não uniforme por esforços de autores de diversas nacionalidades e regiões, principalmente da Europa, Austrália e Nova Zelândia. Pautados nas realidades institucionais e culturais desses países, tais estudos apresentam grande pluralidade de abordagens e preocupações, tendo como principal

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria/Campus Frederico Westphalen. Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.

elemento de ligação a conformação de uma perspectiva crítica para o estudo das relações públicas.

Apesar de sua crescente importância na literatura internacional da área, inclusive com a criação de periódicos relevantes dedicados a tal abordagem, como o *PR Inquiry*, da editora SAGE, os preceitos das Relações Públicas Críticas permanecem pouco difundidos no Brasil. O presente artigo visa contribuir com o fechamento dessa lacuna no país, propondo um ensaio que opere tanto como uma introdução tema quanto como sistematização dos movimentos de pesquisa desenvolvidos por autores críticos, apontando para desafios futuros e reflexões que devem ser encaradas para o avanço de tal abordagem.

Tendo como norte tais objetivos, e configurando-se como uma empreitada fundamentalmente teórica amparada por uma vasta revisão de literatura, o texto é estruturado ao redor de dois movimentos. No primeiro, aborda o surgimento da perspectiva crítica sobre Relações Públicas, demonstrando sua ligação com a Teoria Crítica e apontando para os autores e diretrizes iniciais que marcaram tal abordagem. Em seguida, apresenta a proposta de dois pilares centrais ao redor dos quais os esforços críticos nas últimas duas décadas orbitaram: (a) a necessidade de quebrar o isolamento intelectual e (b) a importância de reconhecer as ambiguidades inerentes às atividades de relações públicas. O artigo passa, assim, a discutir as principais produções relacionadas com esses pilares, apontando, ainda, para como tal sistematização permite observar alguns dos desafios futuros a serem enfrentados por pesquisas pautadas na noção crítica, inclusive na realidade brasileira.

RELAÇÕES PÚBLICAS CRÍTICAS: SURGIMENTO E DIRETRIZES

Um primeiro passo para compreender o surgimento da perspectiva crítica sobre relações públicas consiste em explorar como os preceitos da Teoria Crítica, formulada pela Escola de Frankfurt, podem ser entendidos como o terreno comum que embasa tal movimento. Nesse sentido, Jacquie L’etang (2005), uma das principais autoras vinculadas com as Relações Públicas Críticas, destaca que a Teoria Crítica consiste em uma abordagem voltada para a transformação de estruturas sociais, políticas e econômicas que estabelecem constrangimentos para o potencial humano. Apesar dessa ideia ser por vezes incompreendida e tratada como o simples ato de criticar, é fundamental observar que, enquanto parte dos esforços críticos consistem na busca por identificar e desafiar

estruturas de dominação, essa abordagem deve ir além do ato de apontar conflitos contingentes, chamando a atenção para aspectos sociais mais amplos e para o potencial de mudanças.

A Teoria Crítica deve ser encarada, nesses termos, como uma abordagem interdisciplinar capaz de desafiar visões normalizadas. Morrow e Brown (1994) apontam que os projetos críticos estabelecidos em diversas áreas do conhecimento visam desafiar as premissas básicas de um determinado campo, alterando suas fronteiras e produzindo mudanças paradigmáticas ao questionar presunções e ideais naturalizados. Mais ainda, esses projetos buscam explorar criticamente as diretrizes e práticas de dada área, desvelando seus elementos estruturais e buscando compreender como as mesmas se encaixam perante o processo de configuração da realidade social, uma forma de chamar atenção para problemas e agir como catalisador para transformações.

Tendo tais diretrizes como norte, o projeto das Relações Públicas Críticas começou a tomar forma na segunda metade da década de 1990, período no qual foram delimitados os contornos dessa corrente. Nesse ponto se torna necessário fazer uma importante observação: reconhecer tal marco inicial não implica sugerir que inexistiam esforços críticos anteriores a esse momento. Ao contrário, investidas críticas diversas podem ser encontradas na trajetória histórica do pensamento da área, mas é preciso constatar que esses trabalhos permaneceram em lugares periféricos do campo. Isolados, eles pouco foram capazes de desafiar o funcionalismo dominante da área, e acabaram, apesar de suas contribuições pioneiras, valiosas e instigantes, exercendo pouca influência nas agendas de pesquisas. Um exemplo brasileiro pode ser encontrado na obra *Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista* (1986), de Cicília Peruzzo, na qual a autora explora o discurso de relações públicas dentro das empresas para desvelar a forma como ele se coloca a serviço do capital, especialmente ao desviar o foco das lutas de classes, minimizar conflitos, alienar a força produtiva e tornar os empregados mais cooperativos.

A década de 1990, porém, foi o palco de uma importante mudança no que tange aos trabalhos críticos: a aproximação entre estudiosos críticos de diferentes nacionalidades. Aqueles anos marcaram justamente o processo de quebra do isolamento desses autores que, apesar de movidos por preocupações variadas, tinham em comum o fato de questionarem os caminhos e as propostas assumidas pela literatura *mainstream* do campo das relações públicas, em especial o funcionalismo que emergia como elemento

central na proposta da Excelência (GRUNIG, 1992; GRUNIG; GRUNIG; DOZIER, 2002). Como Edwards (2016) observa, esses pesquisadores orbitavam principalmente ao redor dos programas de doutoramento das Universidades de Stirling, na Escócia, e Waikato, na Nova Zelândia – que reuniram nomes como Jacquie L’Etang, Magda Pieczka, Kay Weaver, David McKie, Juliet Roper, Judy Motion e Debashish Munshi. O intercâmbio de ideias e reflexões entre esses e outros estudiosos, como o americano Robert Heath, foi fundamental para o amadurecimento da perspectiva crítica naquele momento, gerando frutos importantes como a obra *Critical Perspectives in Public Relations* (L’ETANG; PIECZKA, 1996) e o painel “*UnAmerican public relations: Global differences in theory and practice*”, realizado na conferência anual da *International Communication Association*, em 1997. A publicação nos periódicos especializados da área, porém, era algo ainda raro, especialmente perante o domínio de artigos pautados pela Teoria da Excelência e com abordagens metodológicas quantitativas. Apesar disso, algumas contribuições importantes para o fortalecimento da perspectiva crítica conseguiram ser publicadas naquele momento, como Motion e Leitch (1996), Leitch e Roper (1998) e McKie (1997).

Os esforços críticos se intensificaram na década seguinte, começando a assumir a forma de uma corrente de pensamento que desafiava o paradigma dominante. Um marco importante nesse processo foi o lançamento do *Handbook of Public Relations* (HEATH, 2001), que apresentava, entre seus artigos, diversas contribuições críticas. Esse momento intensificou também o intercâmbio e o diálogo entre os pesquisadores, ampliando o movimento crítico por meio de obras importantes (MOLONEY, 2000; 2006; MICKEY, 2003; BERGER, 2005). Ainda mais relevante, a penetração das contribuições críticas nos periódicos da área foi intensificada, inclusive com edições especiais que davam ênfase a essa perspectiva – um exemplo foi a publicação do especial *Public Relations From the Margins* pelo periódico americano *Journal of Public Relations Research* em 2005. Dois novos periódicos australianos, o *PRism* e o *Asia Pacific Journal of Public Relations*, foram também importantes para essa expansão, apresentando uma maior abertura para artigos que exploravam aspectos teóricos e metodológicos inovadores que deixavam para trás os pressupostos da Excelência.

Edwards argumenta que, “no final da década, a corrente crítica já estava estabelecida (...), com um corpo teórico reconhecível e ganhando cada vez mais atenção dentro do campo” (2016, p. 22, tradução nossa). Alguns desenvolvimentos nos últimos

anos parecem confirmar essa observação, especialmente o lançamento do periódico *PR Inquiry* pela SAGE, uma publicação científica explicitamente dedicada a pesquisas com interfaces críticas, a série de livros *New Directions in Public Relations Research*, formulada pela Routledge e editada por Kevin Moloney, e a obra *Handbook of Critical Public Relations* (L'ETANG; MCKIE; SNOW; XIFRA, 2016), reunindo trinta e dois artigos que discutem o atual estado da arte dessa corrente e suas perspectivas futuras.

Como uma corrente não hegemônica de pensamento, os primeiros esforços dessa perspectiva crítica foram marcados por um embate com o paradigma dominante, a Teoria da Excelência. Seus autores se centravam principalmente em reflexões sobre os aspectos funcionais e unidirecionais do modelo de Grunig, explorando as contradições internas daquela teoria e denunciando suas bases ideológicas e a exagerada centralidade do contexto organizacional em seu âmago. Uma preocupação recorrente era justamente com a ideia de simetria (PIECZKA, 1996; BROWN, 2006) e a forma com que ela veio a dominar o discurso e a pesquisa do campo de relações públicas apesar de ser, segundo L'Etang (1996), um constructo desprovido de conteúdo que por ventura acabou por se tornar um eufemismo para o “bem”. Os julgamentos éticos excessivamente idealizados da Excelência também eram problematizados, principalmente por normalizarem um regime liberal de pensamento e deixarem de lado processos ideológicos e hegemônicos socialmente importantes (HOLTZHAUSEN, 2000; MCKIE; MUNSHI, 2007), além de atrelarem valores corporativos norte-americanos a um constructo de relações públicas que se propunha global, silenciando vozes e diferenças culturais em prol de um ideal normativo universal da área (L'ETANG, 1994; MCKIE, 1997; MCKIE; MUNSHI, 2007).

Superado o primeiro momento de embate acalorado com a Excelência, as Relações Públicas Críticas começaram a se deslocar daquele modelo e elaborar uma agenda própria de pesquisas capaz de abarcar as lacunas abertas pelo paradigma dominante. No cerne dessa agenda encontra-se a proposta de superar a centralidade organizacional que marcava o modelo funcionalista, excessivamente focado em compreender os ganhos e funções acarretados pelas práticas de relações públicas em empresas e corporações. Segundo os autores críticos, tal abordagem limitava profundamente as investigações realizadas pelo campo científico de relações públicas, na medida em que adotavam um *locus* primordial para a atividade e uma única porta de entrada para os estudos da área. É procurando superar tal limitação que a corrente crítica

se ancora em uma premissa central: a tentativa de explorar os impactos das relações públicas nos processos sociais de criação de sentido e de disputa de poder – uma visão orientada para um nível macrossocial capaz de abordar interfaces da atividade com o sistema político e sociocultural (MOTION; WEAVER, 2005; L'ETANG; PIECZKA, 2006; PIECZKA, 2016; MOTION; LEITCH, 2016).

Motion e Weaver argumentam que os pesquisadores das Relações Públicas Críticas devem focar seus esforços na investigação sobre “como práticas de RP empregam estratégias discursivas para avançar o poder hegemônico de determinados grupos, explorando também como esses grupos tentam construir consenso público na busca por alcançar suas missões organizacionais” (2005, p. 50, tradução nossa). Para que essa proposta se materialize, entretanto, é preciso relacionar essas práticas com os diferentes contextos culturais, econômicos e políticos nos quais elas operam – ou seja, se faz necessário levar em consideração o mundo social a partir do qual as práticas de relações públicas são criadas e que é, ao mesmo tempo, (re)configurado por sua existência.

Diferentemente das abordagens gerenciais voltadas para a resolução de problemas e centradas na figura da organização, a proposta dos autores da corrente crítica orbita ao redor da adoção de uma visão reflexiva mais ampla, que seja capaz de ir além dos contextos organizacionais. Trata-se, assim, de um reconhecimento sobre como as atividades da área atuam de maneira difusa na sociedade, motivo pelo qual elas devem ser abordadas a partir de diferentes perspectivas – a partir dos públicos, dos movimentos ativistas, dos *media*, do sistema político, da opinião pública, de discussões do feminismo, entre outras. Isso não implica desconsiderar as organizações e a forma com que profissionais atuam nas mesmas, mas sim ampliar o leque de possíveis abordagens científicas, inclusive pensando em como a área pode contribuir para compreender a atuação e impacto de empresas e organizações no mundo social. A diversidade de pontos de entrada consiste em um fator de grande relevância para expandir a compreensão sobre as multifacetadas influências e interfaces que perpassam as práticas de relações públicas, bem como as suas consequências sociais. As questões apresentadas por essa corrente são, nesse sentido, um chamado para ampliar o escopo dos estudos da área e abandonar perspectivas funcionais e gerenciais que atrelam as relações públicas apenas às organizações.

Assim, o projeto das Relações Públicas Críticas, orientado justamente pela ampliação das possibilidades investigativas, é caracterizado por uma vasta fragmentação

no que tange às suas temáticas e movimentos reflexivos. Visando sistematizar as principais vertentes de pesquisa da área, proponho que os esforços de diferentes pesquisadores convergiram, nos últimos quinze anos, ao redor de dois pilares que podem auxiliar na compreensão sobre os estudos críticos e desvelar alguns dos desafios futuros que devem ser encarados para o avanço de tal corrente. Assim, as pesquisas críticas orbitaram ao redor (a) da tentativa de romper o isolamento teórico da área e (b) do reconhecimento das ambiguidades inerentes às atividades de relações públicas.

A SUPERAÇÃO DO ISOLAMENTO TEÓRICO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

O primeiro pilar versa sobre o fechamento do campo de relações públicas, uma preocupação recorrente da obra de McKie (1997; 2001; MCKIE; MUNSHI, 2007; 2009). Para o autor, uma das faces mais cruéis da Excelência era a forma com que ela induzia esse isolamento em decorrência de uma visão reducionista do mundo social, fazendo com que a área se retraísse justamente em um momento de grande expansão nas discussões de outros campos. Para McKie e Munshi (2009), nenhuma disciplina é uma ilha, de tal forma que as relações públicas não podem ser indiferentes perante o contexto social e científico ao seu redor. Os autores argumentam que a participação limitada dos estudiosos da área em discussões mais amplas sobre o impacto social das relações públicas decorre, justamente, da falta de entendimento sobre as diferentes formas com que a sociedade pode ser teorizada.

Um dos principais movimentos da corrente crítica tem sido a aproximação entre abordagens teóricas diversas e as relações públicas, visando a construção de um arcabouço capaz de pautar as investigações sobre as dinâmicas sociais que configuram (e são configuradas) pelas práticas da área³. Os esforços desses autores resultaram em uma

³ Importante notar que esse movimento de aproximação das relações públicas com aportes teóricos de outros campos, especialmente da sociologia, não é uma exclusividade das Relações Públicas Críticas. Diversos autores que não se filiam com essa corrente diretamente, mas que tampouco se focam nos princípios funcionalistas, realizaram movimentos similares, ainda que mais isolados em suas reflexões, nas últimas décadas. No caso brasileiro, por exemplo, podemos identificar as aproximações de Henriques entre relações públicas e discussões sobre comunidades e movimentos sociais (2004; 2010; 2012) e o olhar de Scroferneker (2005) e Baldissera (2014) sobre as relações públicas a partir do paradigma da complexidade. Tais contribuições nacionais avançam reflexões do campo e quebram diversos dos pressupostos da funcionalistas da Exceência. A principal diferença entre essas obras e o movimento das Relações Públicas Críticas perpassa o grau de coletividade da segunda proposta – a partir do momento que as obras e seus autores de diferentes nacionalidades e com múltiplas preocupações começam a interagir entre si, referenciando e debatendo conceitos, compartilhando preocupações e construindo uma agenda conjunta de pesquisa, os esforços se consolidam e ganham robustez teórica capaz de pautar um número cada vez maior de estudos.

considerável abertura dos estudos do campo para perspectivas pós-modernistas, discursivas, culturais e críticas. Um dos desdobramentos mais significativos desse processo é o que Edwards e Hodges (2011; EDWARDS, 2018) nomeiam de “virada sociocultural das relações públicas”: um esforço não só de aproximar diversas teorias sociais importantes com os estudos da área, mas também de ampliar o escopo analítico de pesquisas ao trazer como foco as interações que perpassam as atividades de relações públicas. Um exemplo dessa virada é a obra de Ihlen, Van Ruler e Fredriksson (2009), composta de uma coleção de ensaios que abordam autores como Habermas, Goffman, Latour, Putnan e Spivak a partir de suas potenciais contribuições para as relações públicas. Consequências importantes desse movimento de abertura do campo são materializadas a partir da substituição da ideia de simetria por uma noção de disputa de poder, hegemonia e controle – pautadas especialmente em Bourdieu (EDWARDS, 2008; 2009; IHLEN, 2009) e Foucault (MOTION; LEITCH, 2009; 2016) –, da problematização do diálogo (PIEZCKA, 2016) e de um renovado interesse no aspecto discursivo e na produção de sentido, especialmente por meio da análise de discurso (MOTION; LEITCH, 2016) e de perspectivas críticas sobre a retórica (ELWOOD, 1995; COOMBS; HOLLOWAY, 2011; CONRAD, 2011; IHLEN, 2016).

As tentativas de diminuir o isolamento entre a área e discussões sociais importantes resultaram também em uma expansão do horizonte crítico, fomentada pelas contribuições que abordam interfaces entre as relações públicas e as questões do colonialismo e da globalização (MCKIE; MUNSHI, 2007; DUTTA; PAL, 2011; CURTIN; GAITHER, 2012), do feminismo (ALDOORY, 2003; 2005; FITCH, 2016) e das relações raciais (WAYMER, 2012, MUNSHI; EDWARDS, 2011; WAYMER; HEATH, 2016). Por outro lado, perspectivas que visavam retirar a centralidade das organizações das pesquisas da área foram reforçadas com discussões sobre as funções das relações públicas na constituição da sociedade civil (TAYLOR, 2010), o impacto de suas atividades na esfera pública (RAMSEY, 2016) e a importância de suas práticas para processos ativistas e movimentos sociais (HOLTZHAUSEN, 2012; DEMETRIUS, 2013).

É importante notar, porém, que esse movimento de aproximação com perspectivas teóricas diversas desenvolvidas nas ciências sociais, nas ciências políticas, na comunicação pública e nos estudos dos *media* não decreta, por si só, o fim do isolamento da área de relações públicas. Ao contrário, esse movimento precisa ser encarado como

parte de um processo maior de integração que deve culminar na efetiva participação da disciplina em discussões e debates de outros campos. A apropriação de conceitos e teorias é, nesse sentido, um passo necessário para a expansão das perspectivas de uma área que há muito permanecia centrada em apenas um conjunto (limitado) de questões. O desafio seguinte, assim, é observar como a área de relações públicas, de posse de novos conhecimentos decorrentes da própria ressignificação dessas teorias, pode contribuir com discussões atuais relevantes, instaurando interfaces capazes de avançar a produção científica interdisciplinar.

É evidente que esse não é um passo simples, mas já há indícios de que ele começa a ser dado em frentes distintas. Um exemplo é a recente abordagem de Edwards sobre o papel das relações públicas nos sistemas deliberativos. No artigo *The Role of Public Relations in Deliberative System* (2016), Edwards aponta para a fragilidade de muitas das afirmações que exaltam as contribuições democráticas das relações públicas, especialmente quando essas ignoram dimensões da atividade que são problemáticas segundo as condições e características da deliberação clássica trabalhada a partir de Habermas. A autora observa, porém, que a recente virada sistêmica nos estudos deliberativos abre novas e instigantes possibilidades para refletir sobre a ligação entre as relações públicas e a deliberação.

A ideia dos sistemas deliberativos, argumenta Edwards, acomoda uma variedade maior de práticas (tanto por parte de organizações privadas como de grupos diversos que se engajam nas diferentes frentes de debate) que antes eram deixadas em segundo plano, e reconhece como inerentes algumas das características fortemente presentes nas relações públicas e há muito consideradas problemáticas para a deliberação, como o interesse próprio, o uso de argumentos não racionais e a segmentação de públicos. Porém, a autora vai além de uma simples constatação de que as relações públicas fazem parte do sistema deliberativo, engajando-se em uma reflexão sobre como pesquisas acerca da atividade podem ampliar a compreensão sobre esses sistemas e a qualidade da deliberação. Segundo Edwards (2016), uma contribuição importante reside no entendimento sobre como as práticas de relações públicas atuam nos diferentes níveis desse sistema. Edwards conclui seu artigo propondo as bases de um modelo analítico para explorar as relações públicas em sistemas deliberativos a partir dos níveis de *campanha*, *questões* e *sistema*, observando como a atividade aparece e atua em cada um destes. Seu argumento central é que a exploração dessas práticas pode auxiliar teóricos da deliberação no entendimento

da extensiva presença de práticas comunicativas estratégicas de organizações e instituições nos engajamentos deliberativos. Mais ainda, “localizar as relações públicas de forma mais clara nos sistemas deliberativos permite uma avaliação mais detalhada de como suas práticas podem aumentar ou restringir a capacidade deliberativa” (EDWARDS, 2016, p. 70, tradução nossa). O esforço da autora é, assim, de aproximar as relações públicas de discussões contemporâneas das ciências políticas e da comunicação política – um movimento similar ao que Holtzhausen (2012) e Demetrius (2013) realizam ao discutir as relações públicas e o ativismo.

O RECONHECIMENTO DAS AMBIGUIDADES DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

Enquanto o primeiro pilar ao redor do qual os esforços das Relações Públicas Críticas congregam lida com o fim do isolamento intelectual da área, o segunda aborda, em sua essência, o aspecto do isolamento social. No decorrer do século XX, o corpo de críticas sociais acerca das relações públicas se amplificou de maneira significativa, impulsionado principalmente por denúncias que exploravam o vínculo entre a área e a propaganda – aspecto que ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, período no qual se consolidou o entendimento da propaganda como uma técnica de manipulação capaz de moldar opiniões e julgamentos por meio de apelos emocionais (MOLONEY, 2006; HENRIQUES, 2006; SILVA, 2011).

Como Kevin Moloney (2000; 2006) argumenta, essas críticas marcam profundamente a reputação da área, tornando comum sua associação com tentativas de enganação, distorções, promessas vazias e mentiras – algo que pode ser observado pelo elevado grau de difusão e reconhecimento internacional de expressões como *spin* e *PR talk*⁴. Apesar de todo esse histórico e da importância que essas críticas possuem na construção do imaginário social sobre as relações públicas e na própria constituição do *ethos* discursivo da área, dotado de uma dimensão acentuada que opera a partir da negação de qualquer vínculo com a propaganda (HENRIQUES, 2009; SILVA, 2011), essas denúncias possuem, ainda, pouca presença na literatura científica da área. Em grande parte das obras de pesquisadores da área, tais críticas não passam de notas de rodapé, citadas como ilustrações de práticas ultrapassadas que ferem os códigos de ética e que

⁴ Em uma tradução literal, “conversa de relações públicas”, uma forma de sugerir que determinado discurso é composto por tentativas de enganar ou distorcer a verdade, sendo uma “conversa fiada” que não deve ser levada em consideração.

provam como a sociedade não entende e conhece as modernas e éticas práticas da área. Enquanto denúncias de abusos ou deslizamentos eram ignoradas, relativizadas ou silenciadas, a literatura da área focava em reafirmar contribuições sociais idealizadas de suas atividades – algo que chega a ser encarado com elevado grau de ceticismo por diversos públicos (SILVA, 2011).

Uma mudança nesse quadro significa, em primeiro lugar, abandonar qualquer tentativa de negação das contradições existentes nas relações públicas. Para Demetrius (2016), as abordagens críticas devem reconhecer as ambiguidades presentes no âmago da atividade e lidar com elas de maneira franca. Não é possível, nessa perspectiva, ignorar que as práticas da área são marcadas por conflitos significativos entre interesses públicos e privados, ou relevar o seu entrelaçamento com as disputas de poder e com o choque entre lógicas de diferentes sistemas do mundo social. Quando a questão é exposta nesses termos, se torna evidente que nem sempre as relações públicas irão atuar de forma ética, promovendo o diálogo e buscando soluções que beneficiem todos os envolvidos, por mais que esse seja o ideal normativo formulado por teóricos diversos. Por vezes essas práticas irão empregar (e de fato empregam) formas diversas de persuasão, serão utilizadas para campanhas que visam distorcer informações e acabarão por tensionar os limites éticos na busca por influenciar o jogo político e o processo de construção social em uma direção predeterminada.

Moloney (2006) ressalta esse ponto a partir de uma perspectiva político-econômica, afirmando que a área precisa reconhecer que as lógicas de propaganda são inerentes às relações públicas – lógicas que estão presentes de maneira mais acentuada em determinadas práticas. Para o autor, as relações públicas são de fato versões mais sutis ou elegantes de propaganda, e essa realidade não deve ser ocultada, mas sim encarada de frente – apenas dessa forma a área pode contribuir para a compreensão sobre certas práticas, como o *lobbying*.

A existência positiva dessas práticas, evidenciadas pela vasta literatura que busca denunciar as mesmas, é, para Demetrius (2016) um fator importante para a erosão da confiança social em um sentido mais amplo – a autora recorre, nesse ponto, às considerações de Giddens (1995) sobre como a confiança é socialmente construída e está vinculada com a força de sistemas peritos. Explorar as ambiguidades da área e tentar compreender os impactos dessas práticas na esfera pública e no processo de erosão da

confiança social pode ser um importante fator para reaproximar os estudos de relações públicas da sociedade. A aposta de Demetrius é que

revelar as falhas das práticas, especialmente dentro de indústrias que apresentam riscos elevados, pode, paradoxalmente, contribuir para a restauração da credibilidade das relações públicas e dos sistemas peritos que cercam a atividade (2016, p. 114, tradução nossa).

Ao invés de relevar práticas problemáticas, como aquelas que lidam com persuasão e distorções de informações, o caminho proposto pelas Relações Públicas Críticas é centrado na ideia de analisá-las, entender os fatores que levaram ao seu surgimento, identificar as múltiplas formas com que elas operam no sentido de influenciar a opinião e a construção de significados e investigar suas consequências para os processos sociais. É nesse sentido que Thomas Mickey (2003) defende a desconstrução das práticas de relações públicas, um processo que perpassa o ato de “retirar cada uma das camadas que estão na nossa frente, mas que permanecem escondidas até que procuramos por elas” (2003, p. 1, tradução nossa). Segundo Mickey, esse processo invariavelmente levanta questionamentos sobre a natureza das relações públicas, sobre suas lógicas internas, sobre em nome de quem e do que suas práticas operam. A desconstrução é uma atividade inerentemente crítica e não preocupada com a resolução de problemas – apesar de, eventualmente, auxiliar nessa questão justamente por desvelar características até então ocultas. Um movimento similar pode ser encontrado também na obra de Silva (2015) sobre o *astroturfing* (SILVA, 2015), em que o autor explora algumas das dinâmicas daquela prática, desvelando-a como um fenômeno comunicativo voltado para influenciar a opinião pública por meio da simulação de públicos e movimentos sociais.

Apesar disso, os esforços voltados para essa segunda diretriz ainda são mais tímidos do que os realizados acerca da primeira. Ainda que a ideia de reconhecer as ambiguidades marque presença em muitos trabalhos da área, as incursões voltadas para desconstruir e analisar as lógicas concretas de práticas ainda ocorrem em menor número, especialmente quando elas são amplamente criticadas por operarem por meio da persuasão e da distorção. Na maior parte dessa literatura, essas práticas continuam a aparecer mais como forma de ilustrar determinados pontos acerca das aproximações teóricas do que como objetos de análise propriamente ditos. Se um desafio futuro decorrente do primeiro pilar é a inserção da área de relações públicas nos debates e discussões de outros campos, a provocação derivada desse segundo ponto perpassa

justamente a ampliação de trabalhos e estudos que centralizem seus esforços na exploração empírica aprofundada e inovadora dessas práticas, operando de forma a desconstruí-las, identificar suas ambiguidades, as motivações que as regem e suas dinâmicas de influência. Mais do que algo isolado, esse passo é fundamental para a concretização da própria diretriz central que impulsiona a perspectiva crítica, já que permitiria ampliar a compreensão sobre os impactos concretos da atividade de relações públicas na sociedade, compreendendo elementos específicos de sua atuação nas disputas de sentido e poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do percurso desenvolvido no presente ensaio, é possível observar que as Relações Públicas Críticas se configuram como uma corrente que, a partir do seu objetivo central de ampliar a compreensão sobre os impactos das relações públicas na sociedade, e por meio de pilares relacionados com a quebra do isolamento da área e da exploração de suas contradições e ambiguidades, ajuda a embasar e justificar estudos diversos que podem contribuir com a ampliação do horizonte de pesquisa em relações públicas. Trata-se, assim, de um terreno propício para a ancoragem de esforços que não sejam necessariamente focados em aspectos gerenciais ou funcionais das práticas da área, mas que possuem como orientação central a tentativa de pensar sobre como elas interagem nos complexos processos políticos e sociais.

As Relações Públicas Críticas não devem ser tomadas, porém, como um *santo graal* para a área, ou seja, como uma resposta para todos os problemas acerca das pesquisas e objetos do campo. Tal corrente configura-se como uma *forma de abordar* as relações públicas, conferindo uma ênfase não funcional e congregando pesquisadores de diferentes realidades. Assim, não se trata de inferir a superioridade dessa corrente, ou que estudos funcionais sejam inerentemente rasos. Ao contrário, a ideia que rege os esforços críticos visa justamente uma abertura do campo de pesquisas da área, reconhecendo espaço não só para o tratamento funcional, mas também para novas perspectivas e estudos que operem a partir de pressupostos diferentes. Tal corrente não é, e não pretende ser, uma teoria geral sobre a atividade, nos moldes da Excelência, mas sim um conjunto de olhares capazes de desvelar novos caminhos investigativos e questionamentos para o campo – atuando como uma base para a formulação de novas perspectivas, como a abordagem sociocultural das relações públicas, proposta por Edwards (2018).

Nesses termos, é importante observar que um dos principais méritos da perspectiva crítica está justamente na adoção de uma lente comunicativa para encarar a atividade de relações públicas, diferenciando-se das abordagens muitas vezes administrativas que configuram os esforços funcionalistas. Em sua essência, isso significa deslocar para o centro da cena investigativa elementos como a interação, a disputa de sentidos, os conflitos de interesse, a cultura e o poder, deixando de lado ideias simplificadoras e lineares que muitas vezes reduzem a comunicação à mera transmissão de informações e ao controle das mensagens.

Em suma, tal corrente crítica visa abrir um amplo leque de possibilidades de pesquisa a partir de suas diretrizes, permitindo, especialmente, o tratamento de temas sociais candentes muitas vezes deixados em segundo plano na literatura tradicional de relações públicas. Como exemplos podem ser citadas discussões acerca de *fake news*, pós-verdade, boatos ou campanhas de manufatura de incertezas (SILVA, 2017; HENRIQUES; SILVA, 2017), que pouco encontram espaço na literatura tradicional. Da mesma forma, temas recorrentes trabalhados na área, como noções de sustentabilidade, influência ou relacionamento com empregados ganham novas roupagens e elementos a partir de uma perspectiva que confere ênfase às disputas de poder e sentido.

A corrente crítica não é, tampouco, um movimento finalizado, e significativos desafios devem ser encarados para a concretização de suas premissas. Por um lado, a mera apropriação de pensamentos das ciências sociais não basta para romper o isolamento intelectual da área, sendo necessário pensar em formas de construir efetivos diálogos com outras áreas do conhecimento. Além disso, apesar de propor a compreensão dos impactos das práticas da área na conformação do mundo social, os estudos críticos sofrem ainda da escassez de trabalhos empíricos que buscam explorar em profundidade as práticas que são alvos de maiores questionamentos sociais.

Acredito que a aproximação com essa corrente seja importante para o campo acadêmico brasileiro, tanto por permitir a ampliação do alcance de alguns dos ricos trabalhos críticos já realizados no país, inclusive em termos de contribuição com as agendas internacionais de pesquisa, como também para oferecer um novo elemento para a discussão teórica sobre a atividade de relações públicas. Mais ainda, tal passo é relevante também para o próprio avanço da perspectiva crítica, na medida em que sua eventual apropriação pode instaurar novas possibilidades de pesquisa e reflexão a partir

da aproximação com autores e aportes brasileiros e latino americanos, possibilitando uma maior compreensão sobre os impactos das práticas conformação do mundo social.

REFERÊNCIAS

ALDOORY, L. A (re)conceived feminist paradigm for public relations: A case for substantial improvement. *Journal of Communication*. V. 55, n. 4, p. 668-684. 2005.

ALDOORY, L. The empowerment of feminist scholarship in public relations and the building of a feminist paradigm. *Communication Yearbook*. V. 27, p. 221-255. 2003.

BERGER, B. Power over, power with, and power to relations: Critical reflections on public relations, the dominant coalition and activism. *Journal of Public Relations Research*. V. 12, n. 1, p. 3-22. 2005.

BROWN, R. Myth of symmetry: Public relations as cultural styles. *Public Relations Review*. V. 32, n. 3, p. 206-212. 2006.

CONRAD, C. *Organizational rhetoric: Strategies of resistance and domination*. Cambridge, UK: Polity, 2011.

COOMBS, W.; HOLLADAY, S. Self-Regulatory Discourse: Corrective or Quiescent? *Management Communication Quarterly*. V. 25, n. 3. 2011.

CURTIN, P.; GAITHER, K. *Globalization and public relations in postcolonial nations: Challenges and opportunities*. Amherst, NY: Cambria Press, 2012.

DEMETRIOUS, K. *Public relations, activism and social change: Speaking up*. New York, NY: Routledge, 2013.

DEMETRIOUS, K. Sanitizing or Reforming PR? Exploring ‘trust’ and the emergence of critical public relations. In: L’ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). *The Routledge Handbook of Critical Public Relations*. New York, NY: Routledge, 2016.

DUTTA, M.; PAL, M. Public relations and marginalization in a global context: A post-colonial critique. In: BARDHAN, N.; WEAVER, C. (Eds.). *Public relations in global cultural contexts: Multi-paradigmatic perspectives*. P. 195-225. New York, NY: Routledge, 2011.

EDWARDS, L. An historical overview of the emergence of critical thinking in PR. In: L’ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). *The Routledge Handbook of Critical Public Relations*. New York, NY: Routledge, 2016.

EDWARDS, L. PR practitioners’ cultural capital: An initial study and implications for research and practice. *Public Relations Review*. V. 34, n. 4, p. 367-372. 2008.

EDWARDS, L. Symbolic power and public relations practice: Locating individual practitioners in their social context. *Journal of Public Relations Research*. V. 21, n. 3, p. 251-272. 2009.

EDWARDS, L. The Role of Public Relations in Deliberative Systems. *Journal of Communication*. V. 66, n. 1, p. 60-81. 2016.

EDWARDS, L.; HODGES, C. (Eds). *Public relations, society and culture: Theoretical and empirical explorations*. London, UK: Routledge, 2011.

ELWOOD, W. (Ed.). *Public Relations Inquiry as Rethorical Criticism: Case studies of corporate discourse and social influence*. London: Praeger, 1995.

FITCH, K. *Feminism and Public Relations*. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). *The Routledge Handbook of Critical Public Relations*. New York, NY: Routledge, 2016.

GIDDENS, A. *The consequences of modernity*. Cambridge, UK: Polity Press, 1995.

GRUNIG, J. (Ed.). *Excellence in public relations and communication management*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1992.

HEATH, R. (Ed.). *Handbook of Public Relations*. London: Sage, 2001.

HENRIQUES, M. *Relações Públicas: o futuro da atividade é o futuro da profissão? Organicom*. V. 6, n. 10/11, p. 128-133. 2009.

HOLTZHAUSEN, D. *Postmodern values in public relations*. *Journal of Public Relations Research*. V. 12, n. 1, p. 93– 114. 2000.

HOLTZHAUSEN, D. *Public relations as activism: Postmodern approaches to theory and practice*. New York, NY: Routledge, 2012.

IHLEN, O. *Critical Rhetorical and Public Relations*. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). *The Routledge Handbook of Critical Public Relations*. New York, NY: Routledge, 2016.

IHLEN, O.; VAN RULER, B.; & FREDRIKSSON, M. (Eds). *Public relations and social theory: Key figures and concepts*. New York, NY: Routledge, 2009.

L'ETANG, J. *Critical public relations: Some reflections*. *Public Relations Review*. V. 31, n. 4, p. 521-526. 2005.

L'ETANG, J.; MCKIE, D.; SNOW, N.; XIFRA, J. (Eds.). *The Routledge Handbook of Critical Public Relations*. New York: Routledge. 2016.

L'ETANG, J.; PIECZKA, M. (Eds.). *Critical perspectives in public relations*. London, UK: International Thomson Business Press. 1996.

L'ETANG, J.; PIECZKA, M. (Eds.). *Public relations, critical perspectives and contemporary practice*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates. 2006.

LEITCH, S.; ROPER, J. *Genre colonization as a strategy: A framework for research and practice*. *Public Relations Review*. V. 24, n. 2, p. 203-218. 1998.

MCKIE, D. *Shifting paradigms: Public relations beyond rats, stats and 1950s science*. *Australian Journal of Communication*. V. 24, n. 2, p. 81– 96. 1997.

MCKIE, D. *Updating Public Relations: "New Science", Research Paradigms, and Uneven Developments*. In: HEATH, R. (Ed.). *Handbook of Public Relations*. London: Sage, 2001.

MCKIE, D.; MUNSHI, D. *Reconfiguring public relations: Ecology, equity and enterprise*. London, UK: Routledge, 2007.

MCKIE, D.; MUNSHI, D. Theoretical holes: A partial A to Z of missing critical thought in public relations. In: HEATH, R.; TOTH, E.; WAYMER, D. (Eds.). *Rhetorical and critical approaches to public relations II*. P. 61-75. New York, NY: Routledge, 2009.

MICKEY, T. *Deconstructing Public Relations*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2003.

MOLONEY, K. *Rethinking Public Relations: PR Propaganda and Democracy*. New York: Routledge, 2006.

MOLONEY, K. *Rethinking Public Relations: The spin and the substance*. New York: Routledge, 2000.

MORROW, R.; BROWN, D. *Critical theory and methodology*. London, Sage, 1994.

MOTION, J.; LEITCH, S. A discursive perspective from New Zealand: Another worldview. *Public Relations Review*. V. 22, n. 3, p. 297-310. 1996.

MOTION, J.; LEITCH, S. Critical Discourse Analysis: A search for meaning and power. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). *The Routledge Handbook of Critical Public Relations*. New York, NY: Routledge, 2016.

MOTION, J.; WEAVER, C. A discourse perspective for CPR research: Life sciences network and the battle for truth. *Journal of Public Relations Research*. V. 17, n.1, p. 49– 67. 2005.

PERUZZO, C. *Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista*. São Paulo: Summus, 1986.

PIECZKA, M. Dialogue and Critical Public Relations. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). *The Routledge Handbook of Critical Public Relations*. New York, NY: Routledge, 2016.

RAMSEY, P. The Public Sphere and PR: Deliberative democracy and agonistic pluralism. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). *The Routledge Handbook of Critical Public Relations*. New York, NY: Routledge, 2016.

SILVA, D. *Astroturfing: Lógicas e dinâmicas de manifestações de públicos simulados*. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2015.

SILVA, D. *Entre o Ethos e a Reputação: Uma análise de representações midiáticas sobre Relações Públicas*. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

TAYLOR, M. Public relations in the enactment of civil society. In: HEATH, R. (Ed.). *The SAGE handbook of public relations*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2010.

TOTH, E.; HEATH, R. (Eds.). *Rhetorical and critical approaches to public relations*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.

WAYMER, D. (Ed.). *Culture, social class and race in public relations: Perspectives and applications*. Plymouth, UK: Lexington Books, 2012.

WAYMER, D.; HEATH, R. Critical Race and Public Relations: The case of environmental racism and risk bearer agency. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). The Routledge Handbook of Critical Public Relations. New York, NY: Routledge, 2016.